



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARA REGINA ANDRADE SARAPIÃO

**UMA REFLEXÃO SOBRE COMPORTAMENTOS
FAMILIARES DESENCADEADORES DE
ALUNOS AGRESSIVOS**

LONDRINA
2009

MARA REGINA ANDRADE SARAPIÃO

**UMA REFLEXÃO SOBRE COMPORTAMENTOS
FAMILIARES DESENCADEADORES DE
ALUNOS AGRESSIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Prof. Me. Juarez Gomes

LONDRINA
2009

MARA REGINA ANDRADE SARAPIÃO

**UMA REFLEXÃO SOBRE COMPORTAMENTOS
FAMILIARES DESENCADEADORES DE
ALUNOS AGRESSIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Me. Juarez Gomes
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, _____ de _____ de _____.

**Aos meus pais Jair (*in memorian*) e
Iolanda pelo exemplo de honra,
dedicação, amor e disciplina.**

**Ao meu marido Adriano. A inabalável
paciência e incentivo foram meu porto
seguro.**

AGRADECIMENTOS

À minha família e ao meu marido, pelo amor e incentivo desde o primeiro momento.

Ao meu orientador Prof. Juarez Gomes pela confiança, colaboração, paciência e por sua valiosa experiência repassada para a realização deste.

Aos meus amigos que estiveram direta e indiretamente ligados à trajetória acadêmica e que dividiram comigo os momentos difíceis e os de entusiasmo.

Ao Sr. Ananias Martins pela ajuda e disposição.

A Deus, por colocar em meu caminho todas as pessoas citadas e aquelas que, de alguma forma, tornam minha vida mais primorosa.

SARAPIÃO, Mara Regina Andrade. **Uma reflexão sobre comportamentos familiares desencadeadores de alunos agressivos**. 2009. 29 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo compreender os fatores presentes na família, que levam o aluno a desenvolver comportamentos agressivos na escola. Num primeiro momento, foi feito um perfil da família através de um breve histórico e o papel que os pais desempenham no desenvolvimento físico, afetivo e intelectual dos filhos. Em seguida, foram colocadas em evidência as principais causas da agressividade do aluno na escola, desencadeadas pela família. Concluiu-se que, no âmbito familiar, existe uma multiplicidade de elementos favoráveis à manifestação agressiva na escola e que conhecer as experiências prévias do aluno é imprescindível para um entendimento coerente dos problemas que essa criança vivencia realmente. Assim, o professor deve buscar cada vez mais subsídios para fugir da rotulagem de “aluno problema” ou “família desestruturada”, solidarizando-se com aquela criança que, antes de tudo, está vulnerável e sensibilizada.

Palavras-chave: Agressividade. Aluno. Família. Escola.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	FAMÍLIA: PRIMEIRA INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	10
2.1	A Especificidade do Papel dos Pais.....	13
3	O AJUSTAMENTO ENTRE OS MEIOS FAMILIAR E ESCOLAR.....	15
4	CONDIÇÕES FAVORÁVEIS E ELEMENTOS DESENGADEADORES DA AGRESSIVIDADE NA ESCOLA	18
4.1	Ausência dos pais.....	19
4.2	Falta de controle sobre os filhos	20
4.3	Violência doméstica contra a criança.....	22
4.4	Separação dos pais	23
4.5	Influência midiática: a televisão	25
5	CONSEQUÊNCIAS DA AGRESSIVIDADE NA ESCOLA	27
6	O TEMA DO TRABALHO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEL.....	29
	CONCLUSÃO.....	30
	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

O Problema

A negligência e a violência dentro da família sempre despertam atenção e uma busca pelo entendimento das suas reais causas. Indaga-se, com o apoio da breve, mas significativa experiência do estágio e de episódios abordados ao longo do curso de Pedagogia, se esses dois elementos são os únicos a provocarem atitudes agressivas verificadas em alunos das primeiras séries do ensino fundamental.

O presente estudo ampara-se nas inquietações pessoais acerca das formas possíveis de participação da família como desencadeadora de comportamentos agressivos, manifestados por crianças na escola.

Justificativa

A realização desse trabalho busca refletir sobre as principais determinações culturais, sociais, cognitivas, afetivas e emocionais em que a criança está inserida e possam propiciar situações e condutas violentas no meio escolar, considerando a família como base e primeira instância da educação da criança.

Os fatores que motivaram esse estudo estão relacionados à preocupação com a integridade física e psicológica do aluno em um momento tão importante da vida escolar, a alfabetização; à busca por um conhecimento mais aprofundado dessas causas intrafamiliares que comprometem a socialização do educando. Procura-se também compreender até que ponto um ambiente familiar hostil e negligente em relação à criança pode afetar o bom andamento das relações escolares de alunos dos primeiros anos do ensino fundamental.

Pesquisas que retratam o conjunto de vivências da criança e os atores envolvidos nos processos de desenvolvimento da agressividade, como a de Souza e Castro (2008) e a de Cubero e Moreno (1995), ajudam a angariar elementos para a busca de um entendimento menos superficial da representatividade da família no que diz respeito às práticas negativas, negligentes ou violentas exercidas por esta instituição. Outras ajudam a esclarecer algumas definições específicas sobre a

agressão e suas consequências, como é o caso da pesquisa de Guerra (1998) e também as práticas educativas familiares, no estudo de Salvador et al. (1999).

Objetivos

Promover um estudo que busque agregar subsídios que contribuam em esclarecer as dúvidas existentes sobre a parcela real de culpa de um ambiente familiar desfavorecedor, seja este violento, negligente, autoritário ou extremamente permissivo, sobre o mau relacionamento interpessoal praticado pela criança na escola.

Agregar elementos que possam contribuir para esclarecer a visão do lar e da família como instituição inabalável, abordando situações que, geralmente, ficam guardadas e silenciadas entre quatro paredes.

Entender a relação entre a família e a escola nesse processo, já que essas duas instituições possuem mecanismos de construção de idéias, valores, crenças, mitos e tradições, estipulando os conflitos gerados na absorção de diferentes visões de mundo e no ajustamento emocional da criança.

Metodologia

O trabalho foi realizado através de revisão bibliográfica, sendo que os recortes desta ajudaram a proporcionar interpretação e análise críticas dos fenômenos estudados através de leituras e comparações que buscaram traçar um quadro teórico e conceitual a respeito do problema levantado.

Através do método interpretativo, foram buscadas as definições de termos essenciais à compreensão do tema escolhido, procurando obter subsídios a uma boa análise pessoal sobre o assunto, embasada no referencial teórico pesquisado.

Primeiramente, foi feita uma reflexão acerca da família como primeira instituição da educação, incluindo-se o papel que os pais representam no contexto familiar. Em seguida, o ajustamento emocional entre os meios familiar e escolar e seus reflexos na escola. Na sequência, foram abordadas as condições favoráveis e os elementos desencadeadores da agressividade na escola. Em seguida, as principais consequências da agressividade na escola. A conclusão traz as

contribuições do trabalho para o enriquecimento da formação acadêmica e a busca pela resignificação da práxis pedagógica, através da pesquisa.

2 FAMÍLIA: PRIMEIRA INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO

A representatividade da família na sociedade passou por diferentes situações ao longo da história. Se, por um lado, na antiguidade, a base social era representada pela figura do indivíduo, por outro, na Idade Média, a organização familiar era a principal unidade no sistema feudal, tanto para os senhores, quanto para os servos. A família, enquanto estrutura, era o que estabelecia os relacionamentos dessa época.

A partir da importância dada à família no período medieval, faz-se necessário traçar uma breve trajetória das adaptações e mudanças sofridas pela unidade familiar desde que esta foi considerada a mola propulsora da sociedade.

No período compreendido entre a Idade Média e início da modernidade, as crianças eram incorporadas ao grupo dos adultos logo que fossem consideradas aptas a viverem sem a ajuda de suas mães ou amas, por volta dos sete anos de idade. Não havia, nessa época, uma passagem da infância para a vida adulta delineada por fases ou etapas, como percebemos hoje. Como pontuado por Ariès (1981, p. 276), “[...] *assim que era desmamada, ou pouco depois, a criança tornava-se a companheira natural do adulto*”.

Mas, com o desenrolar da modernidade, a necessidade de se preparar a criança para a incursão no mundo dos adultos reaparece como uma espécie de quarentena, onde conseguiria amadurecer o suficiente para tornar-se capaz de conviver com os mais velhos. Essa quarentena ficou a cargo das escolas, nesse período fundadas por ordens religiosas.

A partir do século XVIII, a família passou de mera mantenedora para uma instituição moral e espiritual, transmissora de valores. Assim, a afetividade começa a dar seus primeiros sinais na relação entre pais e filhos. Agora a criança não é vista apenas como um adulto em miniatura, mas como um indivíduo que necessita de cuidados específicos e coerentes com essa fase de transição.

Da antiga indiferença, passa-se a perceber, a partir do século XVIII, um amor obsessivo e moralista. Isso se explica através da ascensão burguesa que praticava um maior controle da natalidade. Assim, esses pais poderiam dedicar-se mais a um número menor de filhos.

Para Ariès (1981, p. 278)

Compreende-se que essa ascendência moral da família tenha sido originariamente um fenômeno burguês: a alta nobreza e o povo, situados nas duas extremidades da escala social, conservaram por mais tempo as boas maneiras tradicionais, e permaneceram indiferentes à pressão exterior.

Desde essa época, muita coisa mudou, mas o caráter protetor e a união da família pelo sentimento estão ainda muito presentes. Inclusive a família, atualmente, une-se basicamente por relações de afetividade, já que a estrutura está totalmente transformada, onde a mulher é mais independente e apenas o amor aos filhos e ao marido a prende nessa instituição nuclear. É comum não se deparar mais com aquela necessidade de se manter o casamento por convenções, como acontecia até poucas décadas atrás, onde a mulher aceitava tudo calada e ainda fazia vistas grossas perante algumas situações problemáticas do casamento, como agressão, adultério, etc., ou por não querer expor-se em uma sociedade preconceituosa, ou por superproteção aos filhos.

Grande parte das famílias atuais difere daquela que se reunia à mesa ao redor do pai, no intuito de experienciar, todos ao mesmo tempo, o sagrado ato de repartir a refeição por ela mesma produzida e cultivada. Essas famílias têm suas ações condicionadas às disponibilidades de cada membro, ou seja, cada um come o que, onde e quando achar conveniente ou possível, diante da falta de tempo que se tornou explícita e uma constante em grande parte das organizações familiares.

Assim, concordando com Paiva (1998, p. 40)

... Aquela família que se reunia para repartir a produção dos alimentos gerados graças ao esforço de todos os integrantes, deu lugar à família *fast-food* que, antes de repartir, organiza os jantares previamente congelados ou solicitados a restaurantes, seguindo as últimas descobertas dietéticas e atendendo ao gosto e necessidades individuais, sempre condicionados à disponibilidade de tempo.

A reestruturação por qual a família vem passando nas últimas décadas mostra a capacidade de adaptação que seus membros têm de se moldarem a esses novos perfis, já que ela se constitui como a menor célula do tecido social e acompanha as influências culturais de sua época.

Para Paiva (1998, p. 37)

Este novo perfil da estrutura familiar, que na aparência pode assemelhar-se à tradicional, conserva da anterior apenas o sentimento de pertencimento, porque se fizeram frágeis praticamente todas as bases que

fundavam a família até então conhecida. Mas isso não autoriza juízos de valor, ou seja, não se trata de uma família melhor ou pior do que a tradicional.

Mesmo que, com suas novas características estruturais e habituais, a família ainda é fundamental para o bom desenvolvimento dos indivíduos, pois permite, além da sobrevivência física, o aprendizado básico e necessário para um crescimento autônomo na sociedade, ou seja, noções de valores, linguagens e controles instintivos. Para Prust e Gomide (2007), quando interagem de maneira carinhosa, mas demonstrando sua opinião, seja ela para aprovar ou desaprovar alguma atitude do filho, os pais proporcionam modelos de conduta que devem ser seguidos também em outros ambientes.

A organização familiar é o mais importante e significativo referencial na vida da criança, pois, durante anos, essa instituição foi para ela o único ou o mais relevante contexto de socialização.

Cubero e Moreno (1995, p. 250) salientam:

Apesar da escolarização obrigatória pressupor uma considerável ampliação dos contextos de socialização externos ao lar, adquirindo uma crescente importância, a família continua exercendo uma notável influência sobre a criança. [...] Geralmente continuam sendo válidos os padrões gerais de influências das práticas educativas dos pais sobre a autoestima, dependência, motivação de conquista da criança, etc.

A organização do lar influencia diretamente a rotina vivenciada por essa família. Desvinculados de qualquer relação com o nível econômico, fatores relevantes como horários, disciplina, limites, boas condições para o estudo, harmonia, cooperação e respeito mútuo, podem influenciar seriamente o clima emocional estabelecido no lar.

Para Mouly, 1974, não há como compreender a criança separada de seu lar; o professor precisa conhecer o clima emocional da família, já que, frequentemente, os problemas da criança na escola estão diretamente relacionados aos seus problemas em casa.

Há também que se lembrar do caráter afetivo que é pertencente à unidade familiar, seja qual for sua estrutura. É a partir dele que os indivíduos desenvolvem um potencial enquadramento na rede social, ou seja, seus vínculos interferem significativamente na projeção que o indivíduo terá, ao se relacionar com as demais instituições sociais e políticas.

A esse respeito Carvalho (2005, p. 273) afirma:

De fato, vínculos sociofamiliares asseguram ao indivíduo a segurança de pertencimento social. Nessa condição, o grupo familiar constitui condição objetiva e subjetiva de pertença, que não pode ser descartada quando se projetam processos de inclusão social.

Assim, a família encarrega-se de organizar, através de laços afetivos, as representações pertinentes à práxis social, ou seja, disponibiliza ao indivíduo em desenvolvimento, subsídios para a cidadania e uma participação prudente na sociedade em que vive.

2.1 – A Especificidade do Papel dos Pais

Ainda que a representatividade da família (pais, irmãos, avós, etc.) como unidade construtora de valores, conceitos e ideologias seja extremamente significativa, os pais desempenham papel muito específico e peculiar no desenvolvimento físico, mental e social da criança. Para Prust e Gomide (2007, p. 55), *“Pode-se afirmar que os pais ou cuidadores representam a primeira e maior fonte de reforçamento e modelo para os filhos”*.

Desde o nascimento dos filhos, os pais exercem uma função protetora, uma espécie de filtro que favorece o crescimento e a sobrevivência do bebê. Toda influência social é amenizada, filtrada, chegando à criança de forma mediada por seus pais. Ao longo do tempo, essa proteção é direcionada para o bom convívio social, já que os pais são incumbidos pela sociedade de educarem seus filhos para que se efetivem como membros participativos e éticos em seu grupo cultural.

Nesse sentido, Sambrano (2006, p. 145) argumenta:

A mediação é o cerne da socialização assumida pela família, ao transmitir às novas gerações, especialmente à criança desde seu nascimento, formas de pensar, sentir e agir que lhe são próprias, dentro de determinadas condições socioculturais-econômicas dos grupos familiares.

A figura dos pais tem influência direta e intensa na estruturação do caráter dos filhos, já que o ambiente familiar proporciona, física e emocionalmente, as circunstâncias indispensáveis para o desenvolvimento da personalidade da criança.

Concordando com Salvador et al. (1999, p. 166):

Os pais que possuem expectativas otimistas, que confiam nas possibilidades de seus filhos e que os ajudam para que possam

materializar ao máximo as suas competências, contribuem de uma maneira muito ativa ao seu desenvolvimento.

Apesar de a escola ocupar um espaço cada vez maior na vida e na educação do aluno, os pais ainda são os maiores responsáveis em ajudar seus filhos a se conhecerem melhor, para que descubram e desenvolvam habilidades que levem a um crescimento constante e sem grandes conflitos.

Apesar dos conflitos, a família é “única” e determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência (PRADO, 1995).

A formação dos laços afetivos entre pais e filhos pode ser decisiva para o desenvolvimento das interações sociais, o que proporciona um bom ajustamento entre o indivíduo e os diferentes meios e instituições de que fará parte ao longo da vida. Transmitir valores, privilegiar o bom convívio pautado no respeito, na ética e na confiança faz parte do processo educativo parental. Os pais precisam ser entendidos pelos filhos como referencial positivo e seguro.

De acordo com Cubero e Moreno (1995, p. 250):

Encontramos continuidade, por exemplo, no fato de as crianças educadas em ambientes democráticos continuarem mantendo as características positivas detectadas nos anos pré-escolares; se, além disso, os pais tiverem mantido exigências de conduta madura e uma exigência consistente de cumprimento de regras, ainda será maior a capacidade das crianças para tomarem iniciativas, assumir o controle de situações e esforçar-se nas atividades cotidianas.

Criar e educar bem os filhos não é tarefa relacionada apenas a questões financeiras, mesmo porque os pais mais abastados disponibilizam uma infância com maior tempo de duração, levando a criança a uma dependência excessiva, o que gera uma deformidade na formação da individualidade e da segurança. Educar bem é proporcionar meios para que os filhos experimentem cada situação nova de forma segura, ética e autônoma, e a escola é um espaço em que essas questões são muito desenvolvidas no dia-a-dia.

Provavelmente o primeiro contexto significativo que traga grande deslumbramento para a criança seja a escola. Logo, o ajustamento entre o ambiente familiar e esse novo contexto é um processo muito delicado e decisivo para o estabelecimento de futuras relações sociais nessa nova instituição.

3 O AJUSTAMENTO ENTRE OS MEIOS FAMILIAR E ESCOLAR

Os modelos transmitidos pela família da criança têm grande influência nas relações sociais de que esta participará. Assim, a transferência de repertório de valores é inevitável, já que dele fazem parte a auto-estima, a afetividade, o apego, o autoconceito, etc.

Para Salvador et al. (1999, p. 155):

Outra função da família consiste na ajuda e no suporte que proporcionam às crianças para virem a ser pessoas emocionalmente equilibradas, capazes de estabelecer vínculos afetivos satisfatórios e respeitosos com os outros e com a própria identidade.

Nesse sentido, a capacidade de enfrentamento e de adaptação a situações diversas, tanto na escola como em qualquer outro contexto social, está intimamente ligada ao apoio emocional vivenciado pela criança através da relação parental.

Como o contexto escolar é o segundo mais significativo na vida da criança, acaba por assumir papéis e parâmetros antes desempenhados exclusivamente pela família. Para Molina-Loza (2000, p.49), *“A escola surgiu, pois, da família. É um produto, não obstante, cujo papel vai sendo cada vez mais abrangente e mais importante”*.

Na escola, a criança percebe a existência de um meio social diferente daquele vivido por ela até então, pautado em parâmetros estabelecidos por seus pais e familiares. Como pontuado por Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 283): *“Precisa ficar claro que a escola e a família são contextos diferentes e que, nesses contextos, as crianças encontrarão coisas, pessoas e relações diversas; nisso consiste em parte a sua riqueza e potencialidade”*.

Este novo contexto chamado escola, apresenta-se de forma diversificada, ampla e complexa. Tudo o que foi vivido até ali, pode não ser exatamente como essa nova instituição deseja. A partir disso, entram em cena os conflitos emocionais, sociais, econômicos, afetivos, etc.

Como constata Mouly (1974, p. 426):

... aceitar os valores da escola pode parecer uma deslealdade à família. Na realidade, o professor precisa lembrar que, por pior que seja a situação do lar, a criança tem certa lealdade que não pode violar sem conflito.

Essa lealdade à família com a qual a criança se relaciona na escola está diretamente ligada à formação de uma nova identidade: a de aluno. Tudo o que foi entendido até então como referência em princípios, valores e conduta, como filho, pode não ser exatamente o que esse novo contexto espera e exige como educando. Logo, o desequilíbrio inicial estaria relacionado aos parâmetros encontrados na escola, gerado devido às experiências anteriores na família que, mesmo que não seja um ambiente favorecedor para um bom desenvolvimento, foi a referência de vida da criança até então.

Sobre esse assunto, Winnicott (1989, p. 110) pontua:

A família leva a todo tipo de agrupamentos, agrupamentos esses que vão se ampliando até atingir o tamanho da sociedade local e da sociedade em geral. [...] Na realidade do mundo em que as crianças talvez precisem viver enquanto adultos, toda lealdade envolve alguma coisa de natureza oposta, que poderia ser chamada de deslealdade...

A identificação ou não com o ambiente escolar é componente de grande importância nessa transição família-escola. Se o aluno traz de casa uma base sólida e segura, dificilmente irá expor-se de forma agressiva aos conflitos. Segura, a criança poderá lidar com as divergências de conceitos, normas e valores de forma mais corajosa, autônoma e controlada. Mas, quando esta tem seu desenvolvimento acompanhado de forma precária, negligente e não é valorizada pelos pais, encontrará maiores dificuldades ao se deparar com o novo, tanto no que diz respeito ao contexto, quanto às situações que divergem de sua experiência de vida.

A escola é um mundo novo para a criança. Há grande encantamento pelas coisas desconhecidas, interessantes e diferentes, onde muitas expectativas são depositadas. Quando essas expectativas não são correspondidas, esse aluno tem o primeiro choque, podendo abrir caminho para uma não-adaptação à vida escolar (Drouet, 1997).

A afetividade vivenciada na família pode ajudar a evitar essas situações em que a adaptação ineficiente compromete novas experiências. Colabora com um desenvolvimento saudável, sem grandes conflitos e de padrões de interação positivos que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa.

Para Dessen e Polonia (2007, p.7):

Os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada.

É importante que, a partir de uma colaboração mútua, os dois contextos mais significativos nos primeiros anos de vida de uma pessoa possam compartilhar critérios educativos que facilitem o crescimento harmônico das crianças (Salvador et al., 1999).

Pais e professores precisam estar cientes que o repertório emocional da criança está sujeito a mudanças, que as reações dela diante de situações cotidianas como mudança de endereço, de escola, um novo membro na família, etc., podem sofrer alterações que reforcem ou neguem conceitos e valores vivenciados por ela até então, ou seja, algo que ela sempre gostou pode vir a ser objeto de repulsa devido a alguma ocorrência associada por ela de forma negativa em outra ocasião.

Nesse sentido, oferecer um ambiente acolhedor, tanto em casa, como na escola, sempre facilita um ajustamento sereno entre esses espaços.

4 CONDIÇÕES FAVORÁVEIS E ELEMENTOS DESENCADEADORES DA AGRESSIVIDADE NA ESCOLA

Na rotina escolar, frequentemente ouve-se termos como “aluno-problema”, “família desestruturada” ou “problemática” como sendo as grandes e incontestáveis explicações para atitudes agressivas inesperadas vindas por parte dos alunos, atitudes essas que fogem do controle dos professores ou os desafiam. É muito cômodo usar explicações pré-estabelecidas e utilizadas com grande frequência no contexto escolar. Mas será que essa generalização ajuda o aluno em algo? O professor tem competência para explicar situações específicas que ocorrem no ambiente familiar de seus alunos?

O que se procura abordar é a variedade de causas possivelmente relacionadas à conduta agressiva do aluno na escola, que ocorrem no âmbito familiar e desafiam os professores nos encaminhamentos necessários a um diagnóstico mais coerente com a real situação desse aluno, que poderá ser concluído pelo profissional adequado. Ou seja, o professor não tem a obrigação de diagnosticar situações complexas, sejam relacionadas a comportamentos desencadeadores, sejam relacionadas a condições socioeconômicas vivenciadas pelas famílias de seus alunos. Mas o educador comprometido com sua prática deve tomar conhecimento dos problemas vivenciados não só pelos educandos, mas por toda comunidade envolvida na política pedagógica da escola.

Dessa forma, um professor competente não é aquele que consegue diagnosticar e resolver problemas relacionados ao âmbito familiar de seus alunos; muito menos, aquele que diagnostica equivocadamente o educando como oriundo de uma “família desestruturada” e em nada ajuda o aluno. O professor competente é aquele que tem noção de suas limitações, sabe onde começam e onde terminam suas obrigações enquanto docente, mas, a partir disso, procura aprimorar seus conhecimentos, para que consiga encaminhar aos profissionais adequados o problema vivenciado pelo aluno.

Mais do que um aluno problema, mais do que uma família desestruturada, o professor precisa estar atento à amplitude de fatores favoráveis e/ou desencadeadores de comportamentos hostis na escola. Deve estar claro ao

educador que lida com indivíduos que apresentam algum tipo de problema que, para um bom entendimento, deve ir além do que o problema aparenta.

É necessário compreender que esses alunos pertencem a estruturas distintas entre si, ou seja, o que ocorre em uma organização familiar nem sempre se repete em outra. É preciso que ocorra uma ampliação do campo de visão do professor nessa área, pois há contextos e configurações familiares cada vez mais diversificados e, mesmo que o educador discorde ou abomine alguns, eles não deixarão de existir.

Para uma compreensão mais ampla de algumas das prováveis causas da agressividade que se reflete na escola, faz-se necessário subdividi-las, pois a diversidade de fatores requer uma observação delimitada, de modo que a reflexão sobre cada uma das que foram selecionadas possa ocorrer de forma mais clara e objetiva.

A seleção das causas a seguir foi pontuada pela frequência em que são abordadas nos textos estudados e pelo desejo de sistematizar aquelas que mais despertaram interesse de compreensão.

4.1 – Ausência dos Pais

Como a falta de tempo para os filhos é cada vez maior devido ao elevado número de horas dedicadas ao trabalho, desde a Revolução Industrial, os pais estão cada vez mais distantes da realidade e dos problemas dos filhos.

Como pontuado por Molina-Loza (2000, p. 50):

Paradoxalmente, para poder satisfazer às necessidades fisiológicas e materiais dos filhos, os pais precisam trabalhar cada vez mais, reduzindo com isto o tempo de contato direto com eles.

Esses filhos buscam recursos das mais variadas nuances, a fim de chamarem a atenção de um adulto que se importe com eles. A agressividade com os pares ou com o ambiente escolar, acompanhada ou não de um desempenho ruim, acarreta quase sempre um contato direto com seus responsáveis, sejam eles os pais, os avós ou os que cumprem essas funções. Ainda concordando com Molina-Loza (2000, p. 51), *“a criança que se sente insegura e abandonada recuperará, ao ser repreendida, o seu sentimento de presença e proximidade com os pais”*.

Esse é um recurso muito utilizado por filhos de pais que trabalham o dia todo e ainda enfrentam uma terceira jornada, seja em outro trabalho ou com os estudos.

Para Barreto (1981, p. 86)

O trabalho dos pais, e particularmente o da mãe, merece menção na medida em que a impossibilidade de oferecer uma assistência direta através da própria presença – ou em casos cogitados, da presença de um outro adulto responsável como uma empregada ou parente – repercute direta e negativamente na conduta da criança.

Assim, entende-se que a falta dos pais pode acarretar comportamentos negativos e agressivos em outros ambientes frequentados pela criança, sendo o escolar o mais provável.

Nesse sentido, a escola torna-se o ambiente mais relevante no que diz respeito às relações sociais e afetivas. Como pontuado por Souza e Castro (2008, p. 8), *“as crianças depositam suas necessidades de atenção, afeto e firmeza nos educadores, esperançosas de contarem com parâmetros e limites que, geralmente, não foram estabelecidos pela família”*.

A participação da família e o comprometimento da comunidade escolar tornam viáveis, tanto a elaboração, quanto a execução de regras. Proporcionam também um espaço em que o aluno possa refletir sobre suas ações e encontrar perspectivas de uma aprendizagem pautada na valorização das relações humanas.

4.2 – Falta de Controle Sobre os Filhos

Reações inesperadas de agressividade na escola também podem estar relacionadas à falta de controle que alguns pais expressam dentro de casa. Às vezes, tentando agradar demasiadamente os filhos, acabam não intervindo de forma firme e precisa na imposição de limites, não delimitando claramente os papéis de cada um na família.

O entendimento equivocado desses filhos em atitudes permitidas ou proibidas acaba por refletir comportamentos variados diante de uma mesma situação, já que a falta de parâmetros, regras e controle é uma constante do dia-a-dia dessa criança.

Para Molina-Loza (2000, p. 56):

O comportamento problemático do filho pode não ser mais do que a única forma que ele encontrou de manifestar sua angústia e seu pedido de socorro. Sua revolta traduz sua necessidade de proteção [...] e de limites.

Muitas vezes os pais que trabalham o dia todo fora, na tentativa de compensarem sua ausência prolongada, aceitam ou não repreendem o filho perante situações inaceitáveis e impróprias para o estabelecimento de uma convivência ética e justa com o outro. Ou seja, acabam fazendo vistas grossas diante de uma “simples” agressão verbal manifestada pelo filho perante um irmão ou amigo.

Esses fatores podem resultar na manifestação de comportamentos agressivos em ambientes diversos que a criança frequenta. Na escola e com os pares o aluno tende a manifestar esse tipo de reação agressiva, sem ter muita noção das consequências que isso acarreta, já que para ele, essa é uma prática cotidiana e sem grandes punições.

Para José e Coelho (1997, p. 174):

Grande parte do comportamento agressivo resulta de práticas sociais que o reforçam. Aquele que excede os limites socialmente aprovados pode ser uma manifestação de padrões de reação adquiridos numa família, comunidade ou subcultura que encoraja tal comportamento.

Quando os pais estipulam regras claras, coerentes e permanentes, essas não são aproveitadas apenas em situações específicas, mas durante toda a vida; acabam por proporcionar aos filhos uma melhor formação para uma convivência social segura e sadia, já que a sociedade estipula regras aos indivíduos. Assim, a superproteção e a falta de controle de um filho, enquanto este está sob os cuidados dos pais, provoca frustrações no futuro e uma falsa ideia de liberdade.

De nada adianta a escola buscar um direcionamento seguro para o aluno se a família não acompanha de perto o que ocorre na instituição educativa e, em casa, coloca tudo a perder.

A parceria entre escola e família é imprescindível para que as orientações efetuadas por essas duas instituições sigam caminhos paralelos na busca pelo reforço de atitudes consideradas adequadas para o bom convívio social e por uma supervisão que contribua efetivamente com o processo de formação da criança.

4.3 – Violência Doméstica Contra a Criança

Muito abordada em pesquisas, a violência doméstica apresenta-se de formas variadas: física, psicológica, sexual ou a própria negligência. Crianças que vivem em um ambiente familiar hostil e violento tendem a transportar esse comportamento para a escola.

Segundo Guerra (1998, p. 32)

... a violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que as crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

A violência doméstica é uma forma de imposição, muitas vezes sigilosa, de maus-tratos, sujeitando a vítima a mero objeto. Não se trata apenas de uma manifestação de poder de forma coercitiva, mas também de um dano físico e/ou psicológico de caráter intencional.

Muitos pais ainda utilizam a violência como método educativo e, geralmente, culpam a própria criança pelo uso dessa forma de punição.

Para Guerra (1998, p. 43)

... as vítimas de violência física devem aprender que são “responsáveis” por estes quadros de violência, ou seja, as causas do problema são individuais, devem ser hipostasiadas¹ como culpa e jamais remetidas a questões mais amplas que se interliguem a problemas familiares, sociais, etc. O resultado deste tipo de prática: seres humanos que de antemão buscam o erro em si mesmos.

Crianças que vivenciam esse tipo de problema em casa podem repeti-lo em outros ambientes, como a escola, já que a prática desse comportamento agressivo familiar pode ser entendida como tolerável e exercitada nos demais ambientes e situações. Como pontuado por José e Coelho (1997, p. 175), “[...] *o convívio social e*

¹ hipóstase – (do gr., *hypostasys*: que está na base) A substância básica que sustenta os atributos (BLACKBURN, 1997).

os fatores instigadores de agressão no lar contribuem decisivamente para o desenvolvimento da superagressividade na criança”.

É essencial que, até que se prove o contrário, a escola acredite na criança quando esta se propõe a relatar as experiências violentas pelas quais é acometida em casa. Como pontuado por Cionek e Rosas (2006, p. 5), *“é muito importante, em casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes, confiar na palavra da vítima, pois, dificilmente a criança vai mentir ou inventar”.*

As pessoas diretamente envolvidas com essas crianças na escola precisam estar atentas a alguns sinais manifestados no desempenho escolar, como a própria dificuldade de aprendizagem, indicando que algo não vai bem na dinâmica familiar. Outros indicativos como timidez, submissão, medo e desconfiança, todos eles demonstrados de maneira muito intensa, também podem estar associados a algum tipo de violência vivenciada por esse aluno dentro de casa.

A situação física e emocional dessas crianças é dramática, já que são silenciadas pela vergonha, pelo medo da rejeição e pela falta de confiança em alguém que deveria resguardar o direito à sua integridade física e psicológica.

4.4 – Separação dos pais

Com aceitação social cada vez maior devido à frequência com que ocorrem, o divórcio e outros tipos de separação ainda repercutem de forma muito expressiva para a criança. Para ela, os laços que foram criados até aquele momento podem estar prestes a serem desfeitos. E as repercussões dessa ruptura são, em sua maioria, manifestadas de forma negativa. Para Bee (2003, p. 46), *“praticamente todas as crianças mostram alguns efeitos negativos quando os pais se divorciam, tais como um aumento da agressividade ou a deterioração no desempenho escolar”.*

Uma das causas mais frequentes em comportamentos agressivos de alunos na escola é a separação dos pais. Ela traz consigo uma carga de estresse muito grande para a criança, já que a ansiedade provocada pelo medo da rejeição de um dos pais torna esse fato doloroso e inesquecível. Como cita Drouet (1997, p. 209), *“a separação do casal deixa sempre os filhos com um sentimento de rejeição por parte do pai ou da mãe ou mesmo de ambos (geralmente daquele que deixa o lar)”.*

Mesmo que ocorra de forma amigável e pacífica, a separação dos pais provoca no filho um sentimento de insegurança e angústia, ao imaginar que deixará

de ser amado, ou ainda que possa ter sido o responsável pela separação. Essas imaginações e fantasias tendem a provocar grande ansiedade, fazendo com que a criança reaja das mais diversas formas, além de manifestações agressivas: depressão, baixa autoestima, angústia, impulsividade, diminuição do rendimento escolar, entre outras.

O medo da rejeição materna ou paterna faz com que essas crianças, por estarem demasiadamente sensibilizadas, ou procurem o isolamento ou reajam ao meio externo de forma agressiva como maneira de demonstrarem sua frustração.

Também pontuado por José e Coelho (1997, p. 187)

A separação dos pais pode trazer um desajustamento social muito grande para a criança, levando-a à agressividade, angústia, sentimento de abandono nos casos em que ela se sente perdida, dividida e sem saber se continua ou não sendo amada.

Um suporte emocional adequado por parte dos pais e da família é indispensável, quando a criança não reage bem a essa situação.

Na tentativa de reconciliar os pais, a criança desenvolve estratégias, ainda que inconscientes, que podem ter sucesso temporário. A agressividade dentro e fora da escola pode ser uma delas, pois, assim, a união dos pais para a correção de um comportamento inadequado é praticamente garantida.

Nesse sentido, é necessário que escola e família se conheçam cada vez mais e se colaborem mutuamente a partir de uma comunicação mais estreita, que possibilite a identificação das necessidades de cada um, visando sempre o bem-estar do aluno.

Para Sambrano (2006, p. 152)

Este processo se desenrola à medida que as pessoas vão se aproximando, (re)conhecendo-se e respeitando-se mutuamente, enfatizando-se como premissa o resgate do papel da família em um processo que considera a diversidade como pressuposto à flexibilidade dos programas de intervenção, com vistas à parceria família-instituição.

Devido à necessidade de uma significativa parceria entre os profissionais de educação e as famílias, seria oportuno realizar atividades periódicas que possibilitem esse encontro no intuito de fortalecer a comunicação entre esses dois atores.

4.5 – Influência midiática – a televisão

É muito comum pais, mães, irmãos e até professores utilizarem a televisão como forma de acalmar, distrair ou até mesmo como complemento na educação dos filhos/alunos. Mas a falta de monitoramento do que está sendo assistido pela criança pode ser uma grave forma de reforçar ou até mesmo desencadear condutas agressivas e/ou violentas.

Possível colaboradora de manifestações agressivas, a televisão é sempre muito questionada, já que o impacto visual que ela carrega induz de maneira muito sedutora quem está a sua frente, seja para o bem ou para o mal.

Incontestável forma de entretenimento, a TV também exerce grande poder especialmente sobre aquelas crianças que passam muito tempo à sua frente desacompanhadas. Ou seja, quando não há suporte nem discussão acerca do que está sendo assistido, transforma-se em arsenal de peso para a banalização da violência.

Como pontuado por Bee (2003, p. 459), “[...] assistir repetidas vezes à violência na televisão leva a uma dessensibilização em relação à violência, à crença de que a agressão é uma boa maneira de resolver problemas [...]”.

Algumas crianças tendem a não saber diferenciar a fantasia da realidade, projetando na vida real comportamentos carregados de elementos fictícios, como a visão reducionista da maioria dos filmes e seriados que evidenciam os vilões e os mocinhos, o bem e o mal, sempre de forma independente e extremista, o que pode levar ao entendimento de que a violência justificada é válida e aceita.

Para Gomide (2000, p. 4):

A violência que é apresentada como moralmente justificada, onde a vítima merecia ser atacada, elicia comportamento agressivo, enquanto que a violência não justificada não tem efeito ou pode até mesmo provocar uma inibição da agressão.

É de grande importância que se questione, tanto em casa quanto na escola, o uso indiscriminado da televisão, ou seja, o uso sem um suporte ou um convite à reflexão acerca do que está sendo exibido.

Pais e professores devem usar esse meio midiático tão difundido a favor dos próprios filhos e alunos, já que essa forma de comunicação é quase sempre criticada no discurso habitual. Cabe assim, fazer uma abordagem que contemple também sua

capacidade educativa a partir do uso reflexivo, para que seja proporcionado à criança um caminho à vida adulta pautado na autonomia e na independência ideológica.

5 CONSEQUÊNCIAS DA AGRESSIVIDADE NA ESCOLA

A partir dos fatores responsáveis pela agressividade na escola abordados até aqui, faz-se necessário refletir sobre as consequências que eles trazem para a rotina desse aluno, no âmbito escolar.

Qualquer vestígio de que o aluno não se enquadra nos padrões de normalidade esperados pela escola, sejam eles sociais, econômicos, emocionais ou afetivos, pode imediatamente estabelecê-lo como mau aluno, tanto pelos próprios colegas, quanto pelos professores.

A escola é peça chave nesse jogo de relações, constituindo-se como cenário de tensões, agressões e conflitos. Cabe a ela evitar ao máximo o estabelecimento de rótulos e determinações sobre o caráter da criança. Como lembrado por José e Coelho (1997, p. 175), *“a criança muitas vezes é chamada de ‘briguenta’, ficando rotulada e sem ter quem procure ajudá-la ou orientá-la no sentido de vencer o impulso agressivo”*.

A convivência em um ambiente onde existe medo, ansiedade e agressividade interfere no decurso do desenvolvimento e da aprendizagem, produz e estimula outros comportamentos agressivos provocados por vingança ou reações morais e torna vulneráveis as próximas relações entre os pares, tão importantes na prática escolar.

Quando questões como segurança, bem-estar, saúde e autoestima dos alunos que presenciam e convivem com outras crianças agressivas, são violadas, a escola é quase sempre considerada negligente pela maioria dos atores envolvidos nesse processo.

A falta de garantia de um ambiente propício à aprendizagem e a um bom relacionamento pessoal entre alunos e professores coloca a escola em situação duvidosa no que diz respeito à sua capacidade de intervenção a favor de um clima em que todos se sintam seguros e protegidos. Concordando com Souza e Castro (2008, p. 8), *“Ao oferecer um ambiente relativamente estável, com regras claras, a escola configura um espaço de confiabilidade, constância e segurança, muitas vezes ausente da história de vida de algumas crianças”*.

De modo geral, a agressividade na escola leva à rejeição pelos pares, solidão, isolamento, diminuição do círculo de amizade, podendo acarretar também na reincidência do comportamento agressivo como revolta pela reprovação

determinada pelos pares e pela reputação negativa que recebe do grupo de iguais. Esses fatores muitas vezes contribuem para um rendimento escolar pobre e comprometimento das relações futuras.

É muito importante que os professores não estereotipem esses alunos como indivíduos que tomaram um caminho sem volta e nem permitam que os demais sujeitos da prática educativa o façam.

No cotidiano escolar, o professor presencia e também é vitimizado pelas consequências da agressividade, tendo que intervir frequentemente nos episódios de agressão entre alunos. A partir dessa tensão, o educador dificilmente consegue desenvolver suas atividades dentro do que foi planejado, comprometendo sua prática e despertando um sentimento de fracasso.

Pautadas num diagnóstico rigoroso, estratégias de intervenção e prevenção desses comportamentos agressivos e a sensibilização para o problema devem ser uma constante na rotina da equipe escolar, a fim de solucionar ou amenizar o desconforto causado por crianças que, muitas vezes, não têm dimensão das consequências de seus atos. Solidariedade deve ser a primeira atitude de quem lida diretamente com esses alunos.

6 O TEMA DO TRABALHO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEL

Quando a escolha do tema para o Trabalho de Conclusão de Curso foi solicitada aos alunos do segundo ano do Curso de Pedagogia, no final de 2006, a inquietação e a curiosidade efetiva sobre algum assunto já abordado durante o curso ou vivenciado pessoalmente em outra circunstância seria a motivação mais coerente para que a pesquisa se tornasse um processo válido e verdadeiro para a graduação.

As dúvidas existentes acerca do tema escolhido surgiram de uma experiência familiar que causou grande estranheza nas pessoas envolvidas, na ocasião em que ocorreu: um aluno do ensino fundamental que sofria silenciosamente com a separação dos pais em casa, mas de forma agressiva na escola.

Amparado também no que foi estudado, debatido e avaliado ao longo do curso de Pedagogia, este estudo procurou complementar, de forma reflexiva, as inquietações pessoais pertinentes a um assunto abordado não só na disciplina de Educação e Família, mas em outras como as Psicologias do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Educação e Diversidade, Trabalho Pedagógico Docente e Não Docente, entre outras.

A agressividade na escola é um tema abrangente e requer muitas outras discussões que não foram contempladas neste estudo, além do aprofundamento nas temáticas sobre violência doméstica, ajustamento emocional e a própria relação estabelecida entre a família e a escola no processo educativo da criança.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi verificar, a partir de algumas variáveis, como a família influencia as manifestações agressivas na escola.

A pesquisa teórica foi escolhida pela abrangência de possibilidades, no que se refere às causas da agressividade, direcionando o estudo para as que mais foram citadas na literatura disponível (livros e artigos) e para o interesse em compreender determinados agentes causadores do comportamento agressivo em crianças dos anos iniciais do ensino fundamental.

A constituição da agressividade parece suceder de forma multifatorial. Muitas são as razões para que a criança reflita na escola algum sinal de agressividade desencadeado na família. Esse estudo procurou trazer à tona as mais frequentes e relevantes do ponto de vista socioemocional.

O ambiente e a capacidade de reparação influenciam significativamente na manifestação da agressividade em menor ou maior grau.

Saber diferenciar e reconhecer como cada um desses agentes interfere na expressão e conservação do comportamento agressivo proporciona intervenção e prevenção apropriadas, diminuindo o risco de negligência que, aliás, é uma forma de violência.

Saber diferenciar um comportamento agressivo momentâneo, por motivos temporários (perda, morte, nascimento) daquele que persiste, considerado como um desvio de conduta é de grande valia para a gama de recursos que um educador comprometido com sua prática deve ter.

Pôde-se concluir que, dentre os inúmeros fatores que interferem no bom convívio escolar, existem algumas situações consideradas primordiais para um bom desenvolvimento físico, emocional e cognitivo da criança, tais como afeto, segurança, disciplina, comunicação, confiança, etc.

O presente estudo teve o intuito de proporcionar maior conscientização do envolvimento dos pais na educação dos filhos e da responsabilidade que aqueles têm, para que sejam proporcionadas às crianças influências positivas e favoráveis ao desenvolvimento dessas. Oportunizou também uma ampliação da visão a respeito da multiplicidade de elementos que desencadeiam e contribuem para a agressividade no âmbito escolar.

Houve uma busca para trazer à tona a importância de um conhecimento mais amplo sobre as experiências anteriores da criança e as determinações que atuam sobre ela.

Um dos grandes motivadores deste estudo foi a busca por determinações relevantes que ajudassem a romper o discurso limitado e pré-estabelecido que trata o aluno como “problemático” ou proveniente de uma “família desestruturada”, fechando um diagnóstico imaturo e inviável, já que este não traz qualquer benefício para uma criança que precisa, antes de tudo, de ajuda de quem poderia e pode ajudá-la: a equipe escolar.

Devido à abrangência do tema escolhido, lacunas ficam em aberto, principalmente no que diz respeito às muitas outras decisões a serem tomadas e os encaminhamentos específicos diante das situações aqui refletidas e que, provavelmente, deverão ser divididas com um ou mais profissionais de áreas distintas como a psicologia, a psiquiatria, a assistência social, etc.

Uma boa compreensão do desenvolvimento infanto-juvenil é imprescindível ao profissional da educação e proporciona alicerces para o entendimento tanto das causas, quanto do comportamento agressivo em si.

A realização desse trabalho foi extremamente valiosa, pois as reflexões aqui expostas contribuem para o enriquecimento acadêmico, profissional e pessoal, incentivando a busca por novos elementos que agreguem conhecimentos para a ressignificação da prática na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BEE, Helen. A Criança em Desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BLACKBURN, Simon. Dicionário Oxford de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. Famílias e políticas públicas. IN: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. (Org.). Família, redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

CIONEK, Maria Inês Gonçalves Dias; ROSAS, Fabiane Klazura. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>. acesso em 18 mar. 2008.

CUBERO, Rosário; MORENO, Maria Carmen. Relações sociais nos anos escolares: Família, escola, companheiros. In: COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, abr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 03 mar. 2009.

DROUET, Ruth Caribe da Rocha. Distúrbios da aprendizagem. São Paulo: Ática, 1997.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 1998.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. A influência de filmes violentos em comportamento agressivo de crianças e adolescentes. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000100014&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 05 jun. 2009.

JOSÉ, Elizabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. Problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro: Ática, 1997.

MOLINA-LOZA, Carlos Arturo. As relações família/escola e professor/aluno e suas implicações patológicas. In: SUKIENNIK, Paulo Berel. O aluno problema – transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

MOULY, George Joseph. Psicologia educacional. São Paulo: Pioneira, 1974.

PAIVA, Raquel. O espírito comum, comunidade, mídias e globalismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PRADO, Danda. O que é família. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PRUST, Laísa Weber; GOMIDE, Paula Inez Cunha. Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 24, n. 1, mar. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000100006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 03 de fev. 2009.

SALVADOR, Cesar Coll et al. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAMBRANO, Taciana Mirna. Relação família e Instituição de Educação Infantil: Um sonho acalentado, um vínculo necessário. In : Angotti, Maristela (Org.). Educação infantil: para quê, para quem e por quê? Campinas: Editora Alínea, 2006.

SOUZA, Maria Abigail de; CASTRO, Rebeca Eugênia Fernandes de. Agressividade infantil no ambiente escolar: concepções e atitudes do professor. Psicol. estud., Maringá, v. 13, n. 4, dez. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400022&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 11 jan. 2009.

WINICOTT, Donald Woods. Tudo começa em casa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.